



# REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO  
E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Exma. Senhora  
Dra. Catarina Gamboa  
Chefe do Gabinete de S. Exa. o  
Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

**Assunto:** Resposta à Pergunta Parlamentar n.º 899/XIV/1.ª

Encarrega-me o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de, em resposta à pergunta parlamentar em epígrafe, levar ao conhecimento de V. Exa. os seguintes esclarecimentos:

O Governo português tem acompanhado com atenção a situação dos recursos humanos nos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e tudo fará para que os nossos postos diplomáticos e consulares, nomeadamente na África do Sul, estejam dotados dos meios humanos e técnicos necessários para responder de forma eficiente e célere às necessidades dos cidadãos.

Por outro lado, o Governo tem vindo a realizar um importante trabalho com o objetivo de agilizar a atribuição de apoios sociais aos beneficiários das nossas comunidades. Nesse sentido, realizou-se, no passado mês de março, uma reunião entre a Sra. Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas e o Sr. Secretário de Estado da Segurança Social. A reunião abordou, de forma particular, os Regulamentos ASIC e ASEC tendo por objetivo a atualização das medidas previstas nestes instrumentos, através da simplificação do processo de análise e decisão e procurando, assim, criar condições para agir de forma mais rápida na atribuição dos apoios, tanto na África do Sul, como em outros países que contam com grandes comunidades portuguesas.

Adicionalmente, para fazer face às significativas alterações demográficas que se registam também na nossa diáspora, nomeadamente o facto de se registar hoje, em alguns países, uma grande incidência de emigrantes portugueses com mais de 65 anos, a Comissão de Análise, Avaliação e Acompanhamento apresentou às tutelas propostas de revisão do valor mínimo e de atualização dos valores de referência da medida ASIC-CP, o que permitirá aumentar o número de potenciais beneficiários. Este processo de aprovação está em curso, sendo um objetivo que a sua implementação ocorra com a maior brevidade possível.



# REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO  
E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS


Acompanhando o Governo de muito perto situações de carência que afetam nacionais portugueses idosos emigrados em países como a África do Sul entre outros, , está também a ser preparado um guia de orientação e seguimento de casos (após atribuição do ASIC-CP) em articulação preferencial com a Segurança Social e, quando se justifique, com outros serviços, quer no país de residência, quer em Portugal, sempre sob acompanhamento próximo e local da respetiva representação diplomática e consular.

No que respeita à situação da África do Sul em particular, foi igualmente possível contar com o apoio da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) para analisar a possibilidade de apoiar e capacitar as equipas e Associações que, naquele país, são responsáveis por respostas de cariz social, atuando sobretudo junto dos mais idosos e das pessoas com deficiência ou incapacidade. Para tanto, foi realizada uma primeira missão técnica no segundo semestre de 2019, estando programada nova visita nos primeiros meses de 2020 para dar continuidade, mas que teve, entretanto, de ser adiada.

No que diz respeito às permanências consulares realizadas na África do Sul, salienta-se que, a partir dos postos consulares em Joanesburgo e na Cidade do Cabo, são asseguradas permanências regulares em muitos pontos deste país (em Bloemfontein, Nelspruit, Witbank, Welkom, Klerksdorp, Polokwane, Rustenburg e Port Elizabeth), bem como do Botswana (em Gaborone). De entre estas permanências, valerá a pena referir que o Consulado Geral no Cabo aumentou o número de visitas a Port Elizabeth, realizando-se agora três em cada ano- Por seu lado, o Consulado Geral em Joanesburgo lançou recentemente permanências consulares para idosos nos lares da comunidade em Joanesburgo, procurando, assim, ir ao encontro destes cidadãos, muitos deles com eventuais dificuldades de mobilidade. Naturalmente, a implementação do calendário de permanências foi suspensa com a pandemia COVID19, mas será retomada logo que possível.

Por fim, relativamente ao número de funcionários afetos aos postos consulares daquele país, foi efetuado um levantamento das necessidades, sendo que, oportunamente, serão tomadas decisões relacionadas com a gestão daqueles recursos humanos, de modo a garantir a prestação do melhor serviço aos cidadãos que procuram aqueles postos.

Com os melhores cumprimentos,

Felipe A Chefe do Gabinete  


Indira Noronha

ARF/RR